



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, nº 1.662 - Centro - Caixa Postal 89 - Fone: (19) 3561 2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Nº 35/2024

ENCAMINHE-SE AO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL

Sala das Sessões 01 / 04 / 24

PRESIDENTE

Considerando que esta Vereadora, por meio do portal da Prefeitura Municipal, tomou conhecimento que o Sr. Prefeito afastado em decorrência de decisão judicial, permanece recebendo seus subsídios normalmente;

Considerando que, quando do desencadeamento da operação na data de 04 de dezembro de 2023, houve por parte do Município o pagamento dos 04 dias do referido mês em que esteve em pleno exercício;

Considerando que no mês de janeiro de 2024 o pagamento do alcaide foi realizado de forma integral adicionado da complementação dos dias faltantes do mês de dezembro de 2023;

Considerando que o Prefeito afastado está recebendo concomitantemente com o Prefeito interino, Cícero Justino da Silva, sendo certo que o Município está desembolsando os valores para os dois prefeitos, causando prejuízo ao erário e, conseqüentemente, para a população;

Considerando que esta Vereadora tem o dever de fiscalizar os atos administrativos, com o objetivo de sanar eventuais práticas abusivas constantes nos pagamentos dos subsídios do Prefeito afastado;

Considerando que as funções do Prefeito não se igualam às dos servidores públicos, quando afastado de suas funções.

Diante dessas considerações Solicito ao Senhor Prefeito Municipal o seguinte pedido de Informação:

a) Qual a base legal que autoriza o Município a realizar o pagamento dos subsídios ao Prefeito Afastado judicialmente, Dr. José Carlos Mantovani?

b) Em dezembro de 2023 houve o pagamento de 04 dias de efetivo exercício, esclarecer o porquê do pagamento integral e complementação dos demais dias de dezembro no mês de janeiro de 2024?

c) Houve parecer Jurídico da Procuradoria a respeito do pagamento? Se positiva a resposta, encaminhar o requerimento do alcaide solicitando o pagamento e o parecer jurídico. Se negativa a resposta, por qual motivo a Procuradoria não se manifestou?

d) Prestar outros esclarecimentos sobre o assunto.

Sala de Sessão, 1º de abril de 2024.

Luciana Batista "Luciana do Léssio"
Vereadora